



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

5836 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 01 - História da Educação

I Conferência Nacional de Educação: Intelectuais Educação e Modernidade (Curitiba - 1927)

Maria Cristiane Nunes de Faria - UFPR - Universidade Federal do Paraná

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: INTELECTUAIS EDUCAÇÃO E MODERNIDADE (CURITIBA – 1927)

A presente pesquisa busca analisar os debates realizados na Primeira Conferência Nacional de Educação (I CNE), organizada pela Associação Brasileira de Educação (ABE), realizada na cidade de Curitiba, em dezembro de 1927. Neste evento foram debatidas 113 teses, tendo como foco principal a organização nacional do ensino primário.

O propósito da pesquisa é entender o discurso educacional veiculado na I CNE. Para tanto, buscamos acompanhar as ações da ABE na organização e realização da conferência e problematizar o discurso que associou educação e modernidade nas teses defendidas e discutidas pelos intelectuais. Neste sentido, duas questões foram priorizadas: o que era entendido, pela elite intelectual, como sendo as causas do atraso educacional do Brasil; e, quais eram as intervenções que esses intelectuais acreditavam ser necessárias para que fosse alcançada a modernidade educacional brasileira.

As fontes usadas neste estudo referem-se a documentos relacionados à ABE e à I CNE. Entre estes, destacamos: Estatuto da ABE; ata da sessão de instalação da I CNE; sessão preparatória da I CNE; relatório das sessões; relatório da comissão organizadora da I CNE; e sobretudo, as teses apresentadas durante o evento.

Em termos metodológicos, operamos a partir de inspirações associadas à história intelectual, particularmente os pressupostos teóricos que enfatizam o conceito de jogo de linguagem, da teoria da interpretação histórica do Contextualismo Linguístico (CL), desenvolvida pelos ingleses Quentin Skinner (1940) e John Pocock (1924). Segundo Vieira (2017), para a formulação dessa teoria da interpretação, esses autores estabeleceram uma interlocução com os estudos sobre o funcionamento da linguagem ordinária e, particularmente, com a teoria dos jogos de linguagem do filósofo Ludwig Wittgenstein e com a teoria dos atos de fala desenvolvida pelo filósofo John Austin. Uma questão fundamental dessa teoria consiste em problematizar os significados contidos nos textos produzidos no passado, procurando, com isso, compreender em que medida autor, linguagem, texto e contexto devem ser articulados pelo historiador ao investigar as ideias ou enunciados presentes nas fontes escritas. Para Pocock, (2003), este método de análise possibilita a compreensão da cultura política de uma sociedade, nos diferentes momentos de sua história, “analisando-se que linguagens foram sancionadas como legítimas do universo do discurso público, e que tipos de *intelligentsia* adquiriram autoridade no controle desse discurso” (POCOCK, 2003, p. 31).

No que se refere ao recorte temporal, priorizamos os anos de 1920, década marcada por crescente urbanização e pelo crescimento dos índices de industrialização. O Brasil, país ligado à tradição do trabalho agrícola, afirmava pela primeira vez sua intenção de industrializar-se. Nesse contexto, criou-se um quadro favorável à ideia da reconstrução social pela via do investimento em educação.

Com relação ao conceito “intelectual”, nos apoiamos na problematização apresentada por Vieira (2011), na qual o autor analisou as características do comportamento público desse grupo social, com base em pesquisa sobre o campo educacional entre 1870 e 1960. Na investigação o autor salientou quatro aspectos que balizaram o seu entendimento do intelectual como ator coletivo na esfera pública:

a) sentimento de pertencimento ao estrato social que, ao longo dos séculos XIX e XX, produziu a identidade social do intelectual; b) engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou dever social; c) elaboração e veiculação do discurso que estabelece a relação entre educação e modernidade; d) assunção da centralidade do Estado como agente político para a efetivação do projeto moderno de reforma social (VIEIRA, 2011, p. 29).

No cenário do início do século XX, a emergência por renovação política, inovações técnicas e produção cultural despertou na intelectualidade do período, a ideia de Brasil Moderno. De acordo com Le Goff (1990), o conceito “moderno” revela um caráter histórico e polissêmico que acompanhou o par antigo/moderno. Para o autor, este par e seu jogo dialético é gerado entre aquilo que é considerado moderno, à medida que a consciência da modernidade surge do sentido de ruptura com o passado. O estudo desse binômio passa pela análise de um momento histórico que separa a ideia de modernidade e, ao mesmo tempo, a cria para denegrir ou exaltar uma antiguidade.

Nesse sentido, a década de 1920, através do prisma “moderno”, caracterizou-se pela busca por mudanças educacionais que começaram a tomar forma com a mobilização das elites intelectuais. Foi diante desse quadro que, a 15 de outubro de 1924, um grupo de intelectuais formado por engenheiros vinculados à Escola Politécnica do Rio de Janeiro fundou, na então capital federal, a Associação Brasileira de Educação. Posteriormente, outros intelectuais de várias formações profissionais, uniram-se ao grupo.

A ABE desempenhou papel de aglutinadora das elites intelectuais, interessadas nos debates sobre concepções e, sobretudo, reformas educacionais. Este grupo uniu-se para defender a proposta de um programa de ensino que, segundo sua perspectiva, seria capaz de formar a população com novos conhecimentos, incorporando concomitantemente a estes, hábitos compatíveis com o novo projeto de sociedade.

Conforme Carvalho (1998), a ambição da ABE é evidenciada num de seus lemas de propaganda: ‘Ao cabo de um século de independência temos apenas habitantes no Brasil. Transformar estes habitantes em povo é o programa da Associação Brasileira de Educação’ (ABE *apud* CARVALHO, 1998, p. 144).

A associação dinamizou seus projetos de reforma educacional com a organização da Primeira Conferência Nacional de Educação (I CNE). Dentre as atividades realizadas pela ABE, as que alcançaram maior repercussão nacional foram as Conferências Nacionais de Educação. A I CNE foi a primeira de um conjunto de 13 conferências realizadas pela ABE entre 1927 e 1967.

O programa educacional proposto pela ABE foi resultado de, aproximadamente, três anos de debates sobre o que os seus intelectuais consideravam ser os problemas enfrentados pelo país e qual seria a solução para superar o atraso educacional e cultural da nação. Suas

propostas e pretensões foram racionalizadas na I CNE, tendo como foco principal a organização do ensino primário.

O discurso educacional veiculado na I CNE apresentou propostas que, para que fossem aceitas, seus autores valeram-se de argumentos viáveis para justificar a necessidade da implementação de seus projetos. Tais justificativas referiam-se a problemas pelos quais consideravam que o Brasil enfrentava. Nessa perspectiva, o atraso do Brasil foi representado como decorrente da ignorância, da imoralidade, das doenças e vícios do povo.

Afirmou-se que a falta de instrução do povo impedia o avanço do país no domínio econômico e conservava a nação em situação de inferioridade, portanto, considerava-se a instrução popular “caso de vida ou morte para as sociedades modernas” (I CNE, 1927, t. 59).

Admitiu-se ser nobre, pelo menos em teoria, o ideal de ‘instruir para levantar o povo’, contudo, ressaltou-se que este mesmo povo não conhecia ou não queria pôr em prática os mais rudimentares princípios de educação (I CNE, 1927, t. 27).

Tal proposição contribuiu para a afirmação da inaptidão das famílias em educar os seus filhos, e na alegação da resistência destes em permitir que as crianças fossem à escola. Afirmou-se, ainda, que,

em nosso país, onde é tão grande a porcentagem de analfabetos, não se pode crer que os pais e responsáveis, rudes e ignorantes, estejam na altura de compreender que a grandeza de uma nacionalidade está na geração nova, e que urge, portanto, prepará-la convenientemente (I CNE, 1927, t. 28).

Nessa linha argumentativa destacou-se, também, a questão do imigrante no Brasil, ressaltando que este, “diferente de nós brasileiros na língua, nos costumes, no caráter, na civilização e, na sua quase totalidade, ignorante, opõe-se e dificulta ao apostolado da alfabetização, porque desconhece os seus deveres e direitos e a responsabilidade que lhe cabe na educação de seus filhos” (I CNE, 1927, t. 29).

Representou-se o homem rural como detentor de peculiaridades opostas às almeçadas na idealização do homem moderno. Afirmou-se que o sertanejo olhava a instrução por um prisma diferente: “para ele, a vida reduz-se ao presente, e mandar o filho para à escola, só mesmo coagido, porque julga mais proveitoso aplicá-lo na devastação das matas, para o plantio do milho, do que deixá-lo nos bancos escolares” (I CNE, 1927, t. 33). Em contrapartida, a elite intelectual apontava a importância da educação escolar para formar o futuro trabalhador.

Na oposição entre presente e futuro, entre a necessidade dos pais em absorver o trabalho dos filhos nos campos, e a urgência das elites em preparar a criança para formar o futuro trabalhador, não se levou em consideração as necessidades ou dificuldades imediatas dessas famílias. Contudo, tal argumento nos revela também que, projetou-se na criança, uma expectativa de construção do futuro do Brasil, baseada numa previsibilidade de demanda de trabalho que o ideal moderno exigia.

Nota-se que, a noção de que alguns pais resistiam a ideia de mandar os filhos à escola, estava presente na concepção da ABE desde 1925. Carvalho (1998) observou que, na epígrafe do primeiro boletim da ABE afirmou-se: “tão legítimo como é legítimo o pátrio poder, o qual não envolve certamente o direito desumano de roubar ao filho o alimento do espírito, o ensino obrigatório é às vezes o único meio de mover pais e tutores ao cumprimento de seu dever sagrado” (ABE, Boletim, 1925 *apud* CARVALHO, 1998, p. 39).

A concepção que se tinha sobre o povo brasileiro revela-se no seguinte argumento

defendido na I CNE:

Que importa o progressivo aumento da população, onde a grande maioria é constituída de parasitas da minoria? Onde a doença endêmica multiforme, a ignorância e o alcoolismo transformam o povo num rebanho sui generis, sem o raciocínio esclarecido do homem fisiologicamente normal e educado, nem o instinto apurado do irracional? (ABE, 1927, não. p.).

Com tal afirmação, pontuou-se, no discurso da I CNE, uma divisão da nação, decorrente da desigualdade assimétrica da população brasileira, e revelou, ainda, uma visão genérica e preconceituosa, que boa parte da elite intelectual tinha sobre o povo brasileiro, ao valer-se de uma retórica dicotômica que colocou, de um lado, a classe favorecida como: normal, educada, a minoria da população; enquanto, do outro lado, a classe popular: doente, ignorante, viciosa, sem raciocínio esclarecido, a grande maioria da população, a qual foi considerada parasita da classe favorecida.

A desqualificação do povo brasileiro, do imigrante, do agricultor e, dentre estes, dos pais das crianças em idade escolar, imputando-lhes ignorância, revela o espírito de soberba da intelectualidade do período. Os altos índices de analfabetismo não foram apontados como resultado da incompetência dos intelectuais, sequer dos governantes em promover uma educação popular qualificada, mas culpabilizava-se o povo por não se educarem ou resistirem à educação.

O jogo discursivo que representou o povo brasileiro como ignorante contribuía para a legitimação das principais propostas da Associação Brasileira de Educação: a obrigatoriedade e a uniformização do ensino primário.

Destacou-se, também, que a imoralidade da sociedade, impedia o avanço da modernidade brasileira. Portanto, defendeu-se a necessidade urgente de intervenção moral, de base católica, na educação escolar. Posto que, o grupo com maior organização na I CNE era o católico, para os quais, a moral sem Deus era vista como um dos problemas que afligia a nação. Acreditava-se que a urgente intervenção religiosa na educação brasileira seria capaz de reverter a decadência moral da sociedade.

O grupo de intelectuais laicos, embora indignado, nesse momento, demonstrou uma combatividade em relação à crítica dos preceitos da moral católica na escola. Em contrapartida, os católicos viam nas propostas da escola laica, uma ação contra a religião, que dissolveria os laços da fé cristã. A crítica à moral leiga e à imoralidade da sociedade expressam-se no discurso de um dos conferencistas militantes do pensamento católico:

Vemos que a escola leiga vai levando o mundo à ruína [...] vão exigindo cada vez menos roupas, para que não sejam tolhidos os movimentos, e a moral leiga não acha mal em que se banhem juntos todos os meninos, de todas as idades, nus [...] moral leiga, moral de princípios perversos, sob a capa de muita ingenuidade [...] A sociedade de hoje tudo abandonou pelos prazeres dos sentidos [...] todos os divertimentos de hoje apresentam graves sintomas de decadência. Tudo denota a moral doente: a moda, a pintura, a dança, o teatro, o cinema, a literatura, o jogo, a cocaína, e não preciso citar mais (I CNE, 1927 t.27).

Quanto à influência da cultura moral na questão da unidade nacional brasileira, afirmou-se que o dever cívico decorria naturalmente da formação moral e era necessário que “o gérmen da moralidade, que o amor à terra, que o sonho de comunhão nacional, que a prática sincera e perseverante de sua religião seja tudo instilado no coração inocente do pequenino brasileiro” (I CNE, 1927, t.44).

Portanto, afirmou-se que “a questão magna, palpitante e inadiável para o ressurgimento da moral do nosso povo é a obrigatoriedade do ensino primário, que não viola,

em absoluto, a liberdade de ninguém, porque, em tese, o povo é como o indivíduo: vale pela instrução que possui” (I CNE, 1927, t. 28).

Além disso, asseverou-se que a moral determinava a finalidade de todas as ações humanas. Até com pouca instrução, mas com uma dose forte de moralidade, o homem, afastando-se do mal, constituir-se-ia baluarte contra o vício, o roubo, o crime, a falsificação e a mentira (I CNE, 1927, t. 54).

A unidade nacional pela cultura moral, de base católica, apresentou-se como uma das principais finalidades educativas defendidas na I CNE. Revelando, assim, a manutenção de uma incoerência com relação ao que foi estabelecido, desde a Primeira Constituição Republicana de 1891: a separação entre Estado e Igreja.

No que se refere aos problemas causados na sociedade pelas doenças e vícios, apontou-se como um dos seus fatores, a péssima condição de saúde e higiene do povo e o alcoolismo. A solução limitava-se à educação higiênica escolar pela “execução de medidas de saneamento pela prática das virtudes higiênicas do asseio, da sobriedade, da castidade, da laboriosidade” (I CNE, 1927, t. 1).

Buscou-se demonstrar a importância da higiene e dos preceitos eugênicos ao destacar seus benefícios: evitar epidemias; garantir a melhoria futura da raça, apregoar “os exames pré-nupciais, e o de verme que corrói, que solapa, que arruína [...], enquanto uma parcela ínfima de iniciativas particulares tenta remediar a tantos males” (I CNE, 1927, t. 27).

Não obstante, destacou-se como função do professor, o papel de higienista. A este competia instruir o povo, de acordo com as orientações da saúde pública, sobre o perigo das doenças contagiosas e sobre os cuidados higiênicos que deveriam ser tomados, a fim de “dar energético combate ao flagelo, que quase sempre se propaga pela incúria, ignorância e imundície de um certo número de indivíduos” (I CNE, 1927, t. 99).

Além do mais, delegou-se ao professor a tarefa de combater os vícios sociais, principalmente o alcoolismo. Acreditava-se que seus malefícios, além de sociais, prejudicavam a “prole”. A abstinência do álcool foi pregada com um exemplo digno de imitação. Afirmou-se que era bom, “desde cedo, fazer ver aos nossos homens que a cachaça é o maior depauperador do brasileiro” (I CNE, 1927, t.99).

Nessa perspectiva, considerou-se que a pedagogia moderna era capaz de combater os tóxicos, ensinando a ginástica, a higiene e pregando os princípios da sobriedade. Considerou-se que o progresso do povo dependia, além da difusão do ensino primário, da sua robustez (I CNE, 1927, t. 21), posto que havia uma forte ênfase na disciplina, com objetivo de ensinar a criança (o futuro trabalhador) a se organizar.

Assim, através da análise do discurso educacional da I CNE observou-se que o anseio pela modernidade por parte dos intelectuais da ABE trazia, concomitantemente, o temor pela perda dos valores morais consagrados até então. Existia sentimentos controversos: uma aspiração pelo novo, e, ao mesmo tempo, um esforço em manter algumas tradições, sobretudo as religiosas.

A representação do povo brasileiro, apontado como ignorante, imoral, indolente e doente configurou-se como recurso retórico dos intelectuais da ABE, na tentativa de sanear a sociedade através da introdução dos preceitos de moral, civismo, higiene e laboriosidade na educação escolar, sem, contudo, destacar a concomitante relevância de políticas públicas para a melhoria da infraestrutura de saneamento urbano e saúde pública no país.

O que se pretendia era convencer a nação de que existiam problemas graves de saúde e de caráter do povo, por falta de instrução/educação, para com isso, legitimar tais concepções e criar possibilidades para implementação de projetos educacionais que visavam à construção de uma hegemonia cultural, entendida como necessária para a organização dos processos de trabalho. Uma hegemonia alicerçada por projetos políticos autoritários, que impunham ao povo brasileiro mudanças em seus modos de ser, pensar e agir, em nome da pretensão insólita de homogeneizar a nação brasileira educacional e culturalmente.

Esta ação política-educacional envolveu, antes de tudo, uma estratégia: a construção de uma relação de compromisso entre os intelectuais da ABE, que foi capaz de unir indivíduos de diferentes matrizes ideológicas, como os do grupo católico e os do grupo laico, em torno de um objetivo considerado maior do que qualquer divergência doutrinária: a missão de conduzir o povo brasileiro rumo à modernidade.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso Educacional; Primeira Conferência Nacional de Educação; Associação Brasileira de Educação; Intelectuais; Modernidade.

FONTES

Associação Brasileira de Educação (ABE). Anais da I Conferência Nacional de Educação, 1927.

Ata da sessão de instalação da I CNE;

Ata da sessão preparatória da I CNE;

Relatório das sessões;

Relatório da comissão organizadora da I CNE;

Teses apresentadas durante a I CNE;

Estatuto da ABE.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, M. M. C. de. **Molde Nacional e Fôrma Cívica:** higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: UNICAMP, 1990.

POCOCK, J. G. A., **Linguagens do Ideário Político.** Tradução Fábio Fernandez. São Paulo: EDUSP, 2003.

VIEIRA, C. E. Contextualismo linguístico: contexto histórico, pressupostos teóricos e contribuições para a escrita da história da educação. **RBHE**, Maringá, v. 17, n. 3 (46), p. 31-55, jun/set. 2017.

VIEIRA, C. E. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crença dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. In: LEITE, J. L.; ALVES, C. (org). **Intelectuais e História da Educação no Brasil:** poder, cultura e política. Vitória: EDUFES, 2011.